

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO GPCOT DO DIA 11/09/2018

Presentes pela Bancada do Governo: Admilson Moreira dos Santos – Secretário Executivo-Substituto; Fredson Ferreira Gomes- Secretário Executivo Adjunto; Monique Mercante Moura – Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva; Paulo Ricardo Ferronato – Coordenador da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas-COGEF; Maria Aparecida Fernandes Araújo – Coordenadora de Desenvolvimento de Pessoas– COGEF.

Presentes pela Bancada dos Trabalhadores: Condsef – Rogério Expedito; Valter (MA); Mário Ângelo Vitória (MG); Ivete Amorim (MT); Célia (BA); **FENASPS:** Gleidson Nonato(MG); Joaquim Ribeiro (PR); Vivian (RS); Pedro (SP). **SINAIT** – Carlos Silva (PE); Rosa Campos Jorge (GO); **CNTSS** - Temístocles (BA). **SINDSEF/SP** – Beth Lima -representante de base.

Após a apresentação dos presentes, a reunião deu início com a fala da Sra. Maria Aparecida no sentido de reforçar de que os componentes do grupo sejam servidores da casa, ressaltando que isto foi objeto de discussão na reunião anterior, assim como confirmou os nomes apresentados pelas entidades. A Sra. Monique discorreu sobre os objetivos dos trabalhos do GPCOT e informou que a COGEF será responsável por dar os encaminhamentos necessários sobre os pontos acordados nas reuniões do GPCOT. O Sr. Ferronato apresentou a pauta a ser tratada nesta reunião, com os seguintes pontos: 1) Prestação de informações do MTb sobre o PCCS; 2) Avaliação sobre a ratificação dos Avisos Ministeriais; 3) Levantamentos das horas pendentes de greve.

Foi solicitada, pelo presidente do Sinait, Carlos Silva, a garantia de introdução de outros pontos na pauta, que contemplem as demandas dos auditores fiscais, na medida em que a entidade não foi convocada para a reunião anterior, portanto, sem ter tido a chance de participar da elaboração da pauta proposta. A solicitação foi acatada, assim como ao final da reunião foi acordado entre os presentes que os pontos aprovados para a reunião seguinte, poderão ser confirmados até um dia antes da reunião.

Foi solicitado também, por Beth Lima, representante da base, pelo Sindsef/SP, como adendo à pauta da reunião, a discussão sobre o caso específico de SP, referente

a pendência de greve de 2015, uma vez que foi acordado com a Superintendente da época, a forma de reposição dos dias, em consonância com o acordo assinado entre as entidades nacionais e o Ministério do Planejamento, mas que foi posteriormente contestado pela CGRH. Neste ponto, após a apresentação da situação, ficou acertado que o Sindsef/SP encaminhará por e-mail ao Sr. Ferronato, Coordenador do COGEPE, todos os documentos sobre este tema para análise.

Sobre o PCCs (Plano de Carreira) ficou acertado que o Sr. Valdir, servidor da casa, Administrador, especialista no tema sobre planos de carreira, formado pela UNB, fará uma apresentação de seu trabalho na próxima reunião, com o intuito de dar escopo para os estudos e discussões acerca desse tema. Durante a reunião, com o objetivo de dar embasamento às discussões, foi distribuído pelo Rogério, da Condsef, um estudo técnico sob no. 194/2018 do DIEESE, contendo uma tabela salarial, como proposta de equiparação da Carreira dos Servidores do MTb.

O Sr. Paulo Ferronato informou que já havia concluído o levantamento das horas pendentes de greve. Embora não tenha distribuído o conteúdo desse levantamento, é certo que foi dado conhecimento aos presentes de que os estados que estão com a situação regular são: AL/AP/MA/MS/PA/PB/RO/RR/RS/SC. As intervenções da bancada sindical foram no sentido de solicitar a anistia, uma vez que durante todos estes anos, todos os acordos salariais assinados, em que toda a categoria foi contemplada, foram em decorrência dos processos de mobilização, e que é necessário que o Ministério do Trabalho reconheça o direito de greve de seus servidores. A saída punitiva não pode ser a tônica da discussão. Foi ressaltada, pelas intervenções da bancada, de que a greve de 2010 foi julgada legal pelo STJ, e mesmo assim, até o presente momento, a reivindicação que foi alvo de discussão por essa Corte, não foi atendida, qual seja, a implantação de um plano de carreira para os servidores administrativos. Ao final, foi firmado o compromisso de continuar debatendo este ponto com vistas a encontrar uma solução.

No transcorrer da reunião, alguns pontos foram abordados, tais como: a solicitação de que seja novamente garantido o acesso às informações da CEF para obtenção de dados, visando melhor desempenho dos servidores nas atividades de análise de recursos de seguro-desemprego e nas informações prestadas ao público sobre o abono salarial. A questão da emissão de Carteiras de Trabalho para estrangeiros também foi alvo de debate, uma vez que muitos problemas, em

decorrência da nova legislação, estão dificultando fortemente a execução desses serviços à população, especialmente nas capitais e nas fronteiras.

A pauta aprovada para a próxima reunião será: **1) Avisos Ministeriais** números 30 e 153; **2) Discussão sobre anistia das horas das Greves anteriores;** **3) Condições de trabalho e interdições nas SRTb's;** **4) Informação pela SPPE da atual Lei do SINE e o impacto sobre as atividades;** **5) Campanha de fortalecimento da imagem do MTb em face dos desgastes por supostas irregularidades ocorridas recentemente e divulgadas pela grande mídia, econtra o alto escalão, que prejudicou muito a imagem do órgão;** **6) Capacitação: TI, E-Social, Seguro-Desemprego, Mediação, CTPS Informatizada, Logística, Administrativa, Jurídica, CTPS para estrangeiros;** **7) Diagnóstico e o combate à Terceirização em áreas atreladas às atividades do MTb;** **8) Extensão do turno para todas as Unidades do país, manutenção dos turnos implantados e extensão para todas as áreas de atendimento, como exemplo: Relações do Trabalho, Protocolo, Análise de Recursos do Seguro-Desemprego, Fabricação de Carteira de Trabalho, Protocolo, Multas e Recursos;** **9) Diagnósticos sobre a Infraestrutura: Rede de TI, Operabilidade dos aplicativos de serviços interconectados do MTb, DATRAPREV, SERPRO, CEF, Receita Federal, INSS, Licenças de Software; Interdições de Unidades;** **10) Diagnóstico da efetividade dos Canais de Comunicação do MTb: 158, Ouvidoria, etc.;** **11) Revisão da Portaria do REP – Registro Eletrônico do Ponto, e de maneira e que seja concedido o mesmo tratamento aos Administrativos de benefícios auferidos a outras Carreiras, tais como a dispensa do REP;** **12) Jornadas Alternativas de Trabalho já enviadas ao MTb para análises: Ex.: 7h corridas para as atividades meio;** **13) Concessão de Gratificação de Fronteiras para Servidores Administrativos.**

Outros pontos que ainda não foram elencados e que podem surgir no decorrer dos trabalhos do GPCOT, especialmente, pelas discussões que surgirem na base, serão abordados nas próximas reuniões. Destacamos desde já alguns pontos que serão pautadas para as próximas reuniões, tais como: 1) Concurso Público para Administrativos e AFT's, inclusive com a previsão de cargos para a infraestrutura: engenheiros, arquitetos, etc.; 2) Discussão sobre os meios de divulgação dos trabalhos do GPCOT pelo MTb e Entidades Representativas, com o objetivo de dar maior visibilidade dos trabalhos e das soluções aos problemas pautados; 3) Análise de Recursos do Seguro-Desemprego da competência da SEDE: Solução da Problemática com a sugestão de mutirões; Descentralização de Recursos menos complexos para as Agências do MTb, sendo que para as Gerências já houve a descentralização.

Foi aprovado também um cronograma das próximas reuniões do GPCOT: 16/10, 13/11 e 05/12. A reunião do dia 16/10 (dia inteiro) começará às 10h com a apresentação do Valdir sobre PCCS, e o período da tarde para tratar dos pontos aprovados. Sobre o financiamento das viagens dos representantes para participarem das reuniões do GPCOT foi solicitado pelo Sinaít, um estudo por parte do MTb, no sentido de viabilizar as passagens, já que os assuntos tratados nessas reuniões são atinentes ao órgão.

Ao final da reunião, contamos com a presença do Sr. Admilson Moreira dos Santos – Secretário Executivo-Substituto, cuja fala foi no sentido de demonstrar interesse por parte da Administração em fortalecer os trabalhos do GPCOT na busca de soluções, e que estas possam ser positivas para os servidores e para o Ministério.

Brasília-DF, 11 de setembro de 2018.

Assinam o presente relatório: CONDSEF, FENASPS, SINAIT e CNTSS.